

PROCESSO	DATA	RUBRICA	FOLHA
030/008538/11	08/11/2012	<i>Wlécia de Souza Duarte</i> Mat. 220.514-0	32

Sr. Presidente:

Trata-se de RECURSO interposto por Clínica de Hemoterapia Ltda, inscrita no cadastro de contribuintes desta Secretaria, contra auto de infração.

DO RECURSO

Do cotejo das alegações apresentadas na impugnação e no recurso, temos que:

O auto de infração versa sobre serviços de análises clínicas prestados à recorrente pela empresa PROCARDÍACO. Conforme alegações, a recorrente realizaria tão-somente a coleta do material (sangue), para posterior análise e emissão de laudo pela contratada. O estabelecimento da recorrente em Niterói não possuiria condições técnicas e de pessoal para realização dos referidos serviços. Por sua vez, o serviço de análise clínica teria sido realizado na cidade do Rio de Janeiro, descabendo dessa forma a exigência do tributo pelo município de Niterói.

DA ANÁLISE

Conforme cópia do Contrato Social, o objeto da sociedade consistiria em "*prestação de serviços médicos de hemoterapia, banco de sangue e seus correlatos.*"

DA JUSTIFICATIVA DO FISCAL AUTUANTE

A autuação seguiu estritamente o disposto na legislação, que, conforme o artigo 73, Inciso VIII da lei nº 2.597/08, atribui à recorrente o dever de reter o tributo incidente sobre os serviços por ela tomados; informa que, embora os serviços sejam realizados no município do Rio de Janeiro, estes tem seus efeitos no município de Niterói, sendo por isso aqui devido o tributo.

CONSIDERAÇÕES

A empresa possui estabelecimento no município, no qual atua na prestação de serviços de hemoterapia, bancos de sangue e seus correlatos. Hemoterapia é "*a especialidade médica que trata das... terapias relacionadas ao sangue*", conforme o Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. Assim, verifica-se que o sangue é insumo essencial à prestação dos serviços da recorrente. E, como demonstrado pelo fiscal, é obrigatória a realização de análise do material, de modo a descartar risco de contaminação.

A análise de que se fala é parte indissociável dos serviços prestados pela recorrente. Aqueles se iniciam com a coleta do material, seguida de exames a fim de

30/60 919/10

33

atestar-se a saúde do doador. Prosseguem com o envio ao laboratório, que realiza a "análise clínica" do sangue e de seus componentes, por fim emitindo laudo. Com o regresso do material e os resultados, a recorrente armazena o que foi aprovado e descarta o restante.

Claro está que o serviço de análise clínica não existe por si só, no caso, eis que dependente da coleta e dos próprios serviços prestados pela recorrente.

Ademais, é clara a disposição na legislação municipal no sentido da obrigatoriedade da recorrente em reter o imposto incidente sobre a operação.

De todo o exposto, e adotando o parecer do FCEA como parte desta análise, entendemos não ser possível acatar o Recurso.

É o que se apresenta na oportunidade.

FCCN, 08 de Novembro de 2011.



Helton José Figueira
Representante da Fazenda



PREFEITURA DE
Niterói

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

PROCESSO	DATA	RUBRICA	FOLHAS
30/60 919/10	30/11/10	Nírcia de Souza Mat. 226.514-8	34

Ao
Conselheiro, Paulo Cesar Soares Gomes para relatar.

FNPF, em 08 de novembro de 2012.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO
MUNICÍPIO DE NITERÓI
PRESIDENTE

Nesta data, foi desanulado o processo
80/00 8538/11 - "Pedido de Promoção de prazo".
FNPF, em 15/07/13

Nírcia de Souza
Mat. 226.514-8

PROCESSO N° 30/60.919/10

35
Núcleo de Suiza Quarte
Mat. 228.514-2

CLÍNICA DE HEMOTERAPIA LTDA.
Rua Almirante Tefé n° 594
Inscrição Municipal n° 004450-3
Auto de Infração n° 01750/10.

EMENTA: Serviços de Análises Clínicas de sangue realizados fora do Município de Niterói, no período ABRIL a DEZEMBRO DE 2009, contratados pela recorrente, como controle de qualidade do sangue. Autuada na condição de responsável. Art.65 - anexo III , item 4.02 - Art.67 inciso II - Art. 68 inciso I, art.72 - art.73 inciso VII - Art.77 inciso I - Art.78 - Art.80 §§ 1°,2°,3° e 4° - Art.81 caput - - C/C artigo 91 inciso III A - todos da Lei n° 2.597/08 com as alterações da Lei n°2.628/08. IMPROCEDÊNCIA.

Senhor Presidente e demais Membros,

Recurso Voluntário contra a decisão de Primeira Instância, que manteve Auto de Infração (1.750), que autua o contribuinte, na condição de responsável, pelos serviços de análises clínicas, realizados pela empresa Laboratórios Integrados de Análises Clínicas do Rio de Janeiro Ltda., situada no Município do Rio de Janeiro, no período de abril a dezembro de 2009, conforme folhas 14/20, 21/24 e 25 deste processo (1ª. Instância).

30/05/1970
136
Município de Souza Azevedo
Dist. 228.514-R

Já nesta Instância, cuida Recorrente de reafirmar suas razões antes expendidas para, afinal, requerer a reforma da decisão singular, sob a alegação de que os serviços contratados foram (e são) realizados no Município do Rio de Janeiro, sendo por aquele município tributado. Aduz, que não há espaço físico para a realização dos exames requeridos no estabelecimento da empresa. Concluindo que o lançamento do ISS do modo como foi justificado não pode proceder tendo em vista que o fato gerador do imposto se deu no local do prestador dos serviços, ou seja, na cidade do Rio de Janeiro.

Manifesta-se a Representação Fazendária nas folhas 32 a 33, entendendo pelo não provimento do recurso sob o fundamento de que "a análise é parte indissociável dos serviços prestados pela recorrente. Aqueles que se iniciam pela coleta do material, seguida de exames a fim de atestar-se a saúde do doador. Prossegue com o envio ao laboratório, que realiza a análise clínica do sangue para análise do sangue e de seus componentes, por fim emitindo laudo. Com o regresso do material e os resultados, a recorrente armazena o que foi aprovado e descarta o restante. Claro está que o serviço de análise clínica não existe por si só, eis que dependente da coleta e dos próprios serviços prestados pela recorrente. Ademais, é clara a disposição na legislação municipal no sentido da obrigatoriedade da recorrente em reter o

30/60 YITW
37
Núcleo de Souza LIMA
220.514-8

imposto incidente sobre a operação. De todo o exposto, adotando o Parecer da FCEA como parte desta análise entendemos não ser possível acatar o recurso".

É o relatório, quando passamos ao voto.

Entende-se, sobremaneira, que o inciso I, do art. 68, da Lei nº 2.628, de 30.12.2008, abaixo:

"Art. 68. Para efeito de incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, considera-se prestado o serviço e devido o imposto no Município de Niterói:

I- em qualquer caso, quando o serviço for concretizado em seu território, ou seja, nele seja prestado, executado, entregue ou consumido ou, ainda, quando nele se situar o tomador ou contratante;

A introdução do inciso acima determina que o ISS é devido no Município de Niterói, em qualquer caso, desde que neste município, seja concretizado (realizado) aquele.

Embora a complementação explicativa do texto transpareça outra situação fática, quanto à incidência do ISS, em Niterói, de serviços realizados fora do Município de Niterói, mas contratados em Niterói, necessário se faz a interpretação harmônica do inciso I, do artigo 68, da Lei nº 2.597, de 30.09.2008, alterado

30/60 Y/1/10
Núcleo de Souza D
Mat. 228.514-2
30
pelo artigo 1º, da Lei nº 2.628, de 30.12.2008, com o artigo 65 (caput), da Lei nº 2.597, de 30.09.2008, alterado pelo artigo 1º, da Lei nº 2.628, de 30.12.2008, cf. abaixo:

"Art. 65. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação, no território do Município de Niterói, por pessoa física ou jurídica, domiciliada ou não no Município, mesmo que não constitua sua atividade preponderante, dos serviços constantes da lista do Anexo III, desta Lei.

Evidente que a interpretação teleológica desses dois artigos não poderia discrepar para uma conclusão de que todos os serviços prestados, comprovadamente, executados fora do município de Niterói, apesar de contratados em Niterói, viessem a ser tributados pelo Município de Niterói.

Enfatize-se que - em hipótese nenhuma - a lei ordinária municipal poderia ampliar as situações de incidência determinadas na Lei Complementar nº 116/03, principalmente, fazendo incidir ISS, em favor de Niterói, sobre serviços prestados em outro município. O fato gerador, como bem explicita a lei, ocorre quando, no Município de Niterói, e somente no Município de Niterói, são prestados os serviços contidos, no Anexo

Veja-se abaixo a redação contida na lei complementar:

Art. 3º - O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local:

Ora, o que temos no caso em discussão? A recorrente, estabelecida no Município de Niterói, tem por objeto a prestação de serviço de banco de sangue. Entre as atividades desenvolvidas para a consecução do seu objetivo, tem o controle de qualidade (inspeção laboratorial) do sangue coletado e que se destinará ao produto final. Outra pergunta se faz necessária:- Onde e quem faz esse exame laboratorial? Informa a recorrente e reconhece o Agente Fiscal que é feito na empresa Procardíaco, situada no Município do Rio de Janeiro, a qual, evidentemente, cobra pelos serviços prestados a recorrente. Aduz, que em seu estabelecimento, em Niterói, não há laboratório para a execução de análises clínicas, nem espaço físico para tal dedução.

30/60/11/10
Rua de Souza Dória
Mat. 226.514-8

E foi baseado nos valores pagos pela
recorrente à prestadora de serviços, no
Município do Rio de Janeiro, que o Agente
Fiscal fez incidir o ISS, atuando a
recorrente como tomadora (responsável) de
um serviço prestado comprovadamente no
Município do Rio de Janeiro.

Isto posto, é o voto pelo
CONHECIMENTO DO RECURSO, para PROVÊ-LO,
cancelando o Auto de Infração n° 01.750,
de 11 de NOVEMBRO de 2010

Conselho de Contribuintes

Niterói, 09 de dezembro de 2012.

Paulo Cesar Soares Gomes

Relator Revisor



**PREFEITURA
DE NITERÓI**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

**PROCESSO Nº. 030/60.919/10
DATA: - 15/01/2013**

CERTIFICO, em cumprimento ao artigo 38, VIII, do Regimento Interno deste Conselho, aprovado pelo Decreto nº. 9735/05;

568º SESSÃO HORA: - 10:00 DATA: 15/01/2013

PRESIDENTE: - Sérgio Dalia Barbosa

CONSELHEIROS PRESENTES

1. Regina Maria Vellasco G. Silva
2. Paulo Fernando Torres Costa
3. Paulo César Soares Gomes
4. Fábio Hotz Longo
5. Roberto Pedreira Ferreira Curi
6. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho
7. Manoel Alves Junior
8. Amauri Luiz de Azevedo

VOTOS VENCEDORES: - Os dos Membros sob o nº:s (01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08)

VOTOS VENCIDOS: - Dos Membros sob o nº (X)

ABSTENÇÕES: - Os dos Membros sob os nº.s (x)

VOTO DE DESEMPATE: - SIM () NÃO (X)

RELATOR DO ACÓRDAO: - Dr. Paulo Cesar Soares Gomes

FCCN, em 15 de janeiro de 2013.

Secretária
Nilcélia de Souza Duarte
Mat. 226.514-9



**PREFEITURA
DE NITERÓI**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

ATA DA 568ª Sessão Ordinária

data: 15/01/2013

DECISÕES PROFERIDAS

Processo 030/60.919/10

RECORRENTE: - Clínica de Hemoterapia Ltda.
RECORRIDO: - Fazenda Pública Municipal
RELATOR: - Paulo Cesar Soares Gomes

DECISÃO: - Por unanimidade de votos, foi dado provimento ao Recurso Voluntário, reformando a decisão de Primeira Instância consequentemente, cancelando o Auto de Infração nº. 1.750, de 11 de novembro de 2010, termos do voto do Relator.

EMENTA APROVADA

ACÓRDÃO Nº. 1.441/2013

"Serviço de Análises Clínicas de sangue realizados fora do Município de Niterói, no período abril a novembro de 2009, contratados pela recorrente, como controle de qualidade do sangue". Autuada na condição de responsável. Art. 65 - anexo III item 4.02 - art. 67 inciso II - Art. 68, inciso I, art. 72 - art. 73 inciso VII - Art. 77 inciso I - Art. 78 - Art. 80 §§ 1º, 2º, 3º e 4º - Art. 81 caput - c/c artigo 91, inciso III A - todos da Lei nº. 2.597/08 com as alterações da Lei nº. 2.628/08. "Improcedência."

FCCN, em 15 de janeiro de 2013.

~~CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO
MUNICÍPIO DE NITERÓI
PRESIDENTE~~

13
receita de Souza Lygia
Mat. 226.874-3


Niterói
PREFEITURA DE
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

RECURSO: - 030/60.919/10
"CLINICA DE HEMOTERAPIA LTDA"
RECURSO VOLUNTÁRIO
INSCRIÇÃO: - 004.450-3

Senhor Secretário,

A conclusão deste Colegiado, por unanimidade de votos, foi de dar provimento ao Recurso Voluntário, reformando a decisão de Primeira Instância, conseqüentemente, cancelando o Auto de Infração nº. 01.750, lavrado em 11 de novembro de 2010, nos termos do voto/Relator.

Nos termos do disposto no § 1º, do art. 40 do Decreto nº. 10.487/09, recorro de Ofício a Vossa Senhoria para manifestação do Exmo. Senhor Prefeito.

FCCN, em 15 de janeiro de 2012.

~~CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO~~
~~MUNICÍPIO DE NITERÓI~~
PRESIDENTE



**PREFEITURA
DE NITERÓI**

PROCESSO	DATA	RUBRICA	FLS.
030/60.919/10	30/11/10	Bruno Cardoso Felipe 239105	47

À
SMF,

Senhor Secretário,

Tendo em vista decisão do Conselho de Contribuintes fls. 32 a 43, encaminhamos o presente, solicitando apreciação de Vossa Senhoria, face ao que dispõe o art. 40, e seus parágrafos, do Decreto n.º 10.487/09.

FNPF, em 28 de janeiro de 2013.

Bruno Cardoso Felipe
239105